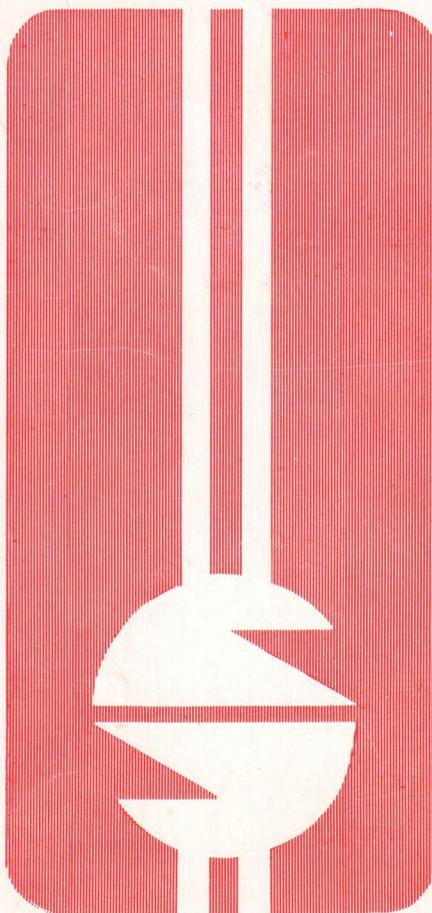


Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

nesta edição:

- PANEGÍRICO DE ROBERTO CAMPOS
Lauro Campos
- INFLAÇÃO: A HETERODOXIA TEÓRICA BRASILEIRA E A ORTODOXIA DA PRÁTICA ARGENTINA
Leda Maria Paulani
- AJUSTAMENTO MACROECONÔMICO, RACIONAMENTO E EXPECTATIVAS RACIONAIS
Nali de Jesus de Souza
- PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS BÁSICOS NO BRASIL
Antônio Miguel Bós
- CULTIVOS PARA MERCADO INTERNO VERSUS PARA EXPORTAÇÃO
Arion C. Foerster, Juvir L. Mattvella e Judas Tadeu G. Mendes



REITOR: Prof. Francisco Ferraz

DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:

Prof. Edgar Irio Simm

VICE-DIRETOR: Prof. Walter Meucci Nique

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:

Prof. Ernani Hickmann

CONSELHO EDITORIAL: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca (Presidente)

Prof. Achyles Barcelos da Costa

Prof. Carlos Augusto Crusius

Prof. Claudio Francisco Accurso

Prof. Edgar Augusto Lanzer

Prof. Ernani Hickmann

Prof. Juvir Mattuella

Prof. João Rogério Sanson

Profa. Maria Imilda da Costa e Silva

Prof. Nali de Jesus de Souza

Prof. Nuno Renan L. de Figueiredo Pinto

Profa. Otilia Beatriz Kroeff Carrion

Prof. Paulo Alexandre Sphor

Prof. Roberto Camps Moraes

Profa. Yeda Rorato Crusius

FUNDADOR: Prof. Antonio Carlos Santos Rosa

ANÁLISE ECONÔMICA publica dois números anuais nos meses de março e novembro. O preço da assinatura para 1986 é Cz\$ 36,00, a ser pago através de cheque nominal para "Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS". Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda a correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidas a:

Prof. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Revista Análise Econômica

Avenida João Pessoa, 52 – 3º andar

90.000 – Porto Alegre (RS) – Brasil

PANEGÍRICO DE ROBERTO CAMPOS OU O SER QUE VOLTOU DAS TREVAS

LAURO CAMPOS*

Nas circunstâncias atuais, em que o poder se reconcentra nas mãos despóticas de uns poucos tocados pela graça, o elogio dos grandes é uma das poucas atividades permitidas, impunemente, aos pequenos.

A justiça talvez nos impusesse, nessa conjuntura, a obrigação de compor elegias ltuosas aos ungidos e predestinados por suas glórias tortuosas e o dever de determinar, com destemor, a realidade existencial dos marginalizados anônimos, sem os quais os grandes não seriam grandes, mas, com certeza, sua elegia não seria tão lúgubre. Deveria ser, contudo, altissonante a elegia de um povo que aguarda mudo o resultado de um diálogo confuso, com características de conciliábulo, entre os poderosos ensimesmados e autistas, nacionais e estrangeiros.

Se o impulso louvaminheiro que conduz o comportamento dos grupos que gravitam em torno do centro despótico me impulsionasse com a compulsividade de um santo de terreiro, gostaria de poder fazer o elogio do Ministro Roberto Campos.

Nele me atraí o brilho de uma inteligência premonitória — aliada tão rara da mais completa ausência de padrões internos que coloquem as restrições e as inibições da censura moral às produções fantásticas do privilegiado cérebro. Como Julien Sorel, ex-seminarista, abandonou com as vestes talares as peias da moral religiosa; mais que o filho da pena de Stendhal, Sua Excelência não encontrou outra e não introjetou as normas e os padrões que dirigem a vida em sociedade, em qualquer sociedade: é um anômico no sentido que Emile Durkheim emprestou ao termo no seu trabalho clássico sobre o Suicídio.

* Professor do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília.

Talvez sua grandeza resida no traço nietzscheano que coloca sua conduta além do bem e do mal, nos páramos de uma moralidade anticristã, bárbara, grandiosa.

Sua natureza é tão ampla, tão completa, que o faz híbrido, dotado das potencialidades que são geralmente auto-excludentes, do masculino e do feminino, do D. Quixote e do Sancho, do poeta e do pragmático, do anjo e do demônio, do súcubo e do íncubo. É em sua moralidade nietzscheana, transcristã, e na universalidade de sua natureza híbrida, keynesiana, que se encontra a raiz do seu entreguismo internacionalista, universalizante, transnacional e transpatriota.

Se seu eu nietzscheano afirma sua direita contra a sub-raça assalariada e lhe aplica o arrocho salarial, seu outro lado coleciona frases célebres, como menina de colégio, para ataviar com elas suas preciosas arengas impressionistas.

Não se fazem homens como antigamente, e Sua Excelência é um refinado produto do artesanato escolástico, recondicionado pela grande indústria da ideologia moderna que recobriu o quinhentismo de sua formação monacal com o jargão do economês neoclássico.

Nele predomina a formação mais recente, a mais visível: nele, como a desmentir Hegel, Marx e Freud, a aparência se identifica à essência, ou, pelo menos, nele a aparência é o essencial. Por isso, colocou o velho a serviço do novo e ambos a serviço de sua ambição pessoal.

Ao encerrar sua formação monacal tão promissora, arquivou com ela o humanismo do cristianismo católico, de Santo Agostinho, de São Francisco de Assis, de Tomás de Aquino ou de Santo Thomas Morus. Passou para o outro lado da cerca, onde começou a ver o juro e a usura com as lentes que lhe restavam — as do capitalista que não sabe distinguir nos fenômenos econômicos as determinações capitalistas das que são próprias de formações sócio-econômicas anteriores. A condenação tomista do juro e da usura — pecunia pecuniam parere non potest — não penetra em sua sensibilidade: o caráter humanístico do adágio tomista não perpassa suas lentes capitalistas e, por isso, seu utilitarismo impede que sua inteligência capte o sentido da condenação da renda fetichista, tal como foi feita por Aquino quando evidenciou que não era a procriação monetária pelos juros senão a atribuição ao dinheiro do poder humano de reproduzir a espécie. Em Roberto Campos a defesa da procriação monetária se sustenta com o mesmo vigor que a condenação da fertilidade humana: deseja esterilizar os homens e fertilizar o capital bancário...

Mas as perquirições medievais realmente não lhe interessam e não lhe perturbam a estrada real em direção ao que, para ele, tinha real importância: o poder individual.

Se o comportamento humano é, em grande parte, situacional, conhecer Sua Excelência é, no périplo de sua existência, deter-se nos momentos cruciais de sua odisséia, em que o rigor da procela e a agitação das correntes testam a qualidade da nau e o preparo do timoneiro.

Recursos insuspeitados da personalidade, potencialidades latentes que são despertadas em situações especiais, únicas capazes de revelar o estofo e o substrato de que é feito o eu dos santos imortais, dos heróis emmersonianos e dos criminosos que passaram para a história da degradação humana. Essas situações reveladoras são os momentos de grande tensão em que se retemperam os recursos da inteligência e da criatividade, momentos que correspondem ou ao apogeu ou ao perigo das trajetórias dos homens invulgares.

O momento beatificado da graça, o instante da levitação inspiratória do poeta, o átimo transcendente da realização do milagre, a hora em que nascem os santos ou a em que o selo da decisão sanhuda fecha o propósito da prática criminosa, um lapso de extravagante singularidade, Roberto Campos sabia que ia encontrar e viver inúmeros na esteira de sua existência privilegiada.

Com Nietzsche, aprendeu “a não perguntar se as instituições são verdadeiras, mas se são úteis, se preservam a espécie” e a estrutura social em que a espécie capitalista se reproduz; entendeu que “a falsidade de um conceito não me parece uma objeção a esse conceito”: viu Keynes repetir o critério de Nietzsche e afirmar que “devemos continuar fingindo para nós mesmos e para todos, por mais cem anos, que o que é desonesto é justo, porque o desonesto é útil e o justo não o é”. Útil, e, portanto, verdadeiro era, para a estrutura da produção semi-integrada do capitalismo subdesenvolvido, a integração nas relações mundiais em que o capitalismo cêntrico é o grande gerador de técnica, de poder, de força, de utilidade e de “verdade”. Útil, e portanto verdadeiro, era afirmar a falsidade das concepções estruturalistas e cepalinas e “fingir por mais cem anos” que o monetarismo, sendo mais útil para ele, era também mais verdadeiro para a “ciência eterna e universal”, em cujos dogmas e axiomas fundamentais acreditou tanto quanto no mistério da Santíssima Trindade.

O famigerado monetarista, ao atingir o poder, realiza a grande metamorfose: como se da crisálide de um lepidóptero viesse à luz uma sucuri do pantanal, da larva monetarista eclode o mais radical

estruturalista: o próprio Roberto Campos travestido, quem sabe?, de si mesmo. Sua Excelência, ao se alçar à posição ímpar de ministro de um governo de exceção, encontrou azo e ambiência propícios para deixar a pele de monetarista inqênuo, de dirigista tópico e superficial, de fiel seguidor do liberalismo e de suas ensinanças vetustas, a fim de remodelar a argila da economia brasileira com os instrumentos despóticos que copiosamente empalmava na esfera militar.

Ao se fazer estruturalista ferrenho, o Ministro Roberto Campos vincou a estrutura da economia brasileira, demarcou o leito de seu vir a ser, balizou suas possibilidades futuras — seu destino para o bem e para o mal. Sentiu mais que os estruturalistas cepalinos a verdade do estruturalismo marxista de que é a produção que determina o consumo — “cria um objeto para o sujeito e um sujeito para o objeto: e uma necessidade do objeto no sujeito”. A produção brasileira, dinamizada pelas indústrias transplantadas, produtoras de artigos de luxo, não pudera criar o consumidor interno e o internacional em escala satisfatória para absorver o resultado da produção. A estrutura da produção estava limitada pela estrutura do consumo e esta, ao contrário do que afirmavam os populistas no poder, pela repartição da renda nacional: só a concentração consumista da renda poderia ampliar o mercado interno para os artigos de luxo que deveriam dinamizar a economia capitalista submetida. As medidas monetaristas sempre lhe pareceram demasiado “tímidas” para colimarem as mudanças estruturais capazes de dinamizar a economia capitalista subdesenvolvida, dependente e semi-integrada.

Roberto Campos sabia que os artigos de luxo produzidos na economia hospedeira estavam definitivamente eliminados do mercado mundial. A criação do mercado interno adequado àquela estrutura produtiva só poderia ser feita através de um violento processo de concentração de renda capaz de transformar não-capitalistas brasileiros em consumidores dos carros, geladeiras, televisores, etc, que o capital alienígena superestimulado, superprotegido, produzia no Brasil.

Enquanto os monetaristas se preocupavam com as formas monetárias e creditícias de tentar controlar a economia e o índice de preços, ele se preocupava com as relações sociais da produção sobre as quais a moeda atuava. Até os neoclássicos sabem que os preços sobem pelo elevador e os salários pela escada; Barton, Malthus e muitos outros clássicos notaram a redução do salário real provocada pelo diferencial entre a elevação do preço do trigo e o

preço da força de trabalho. Keynes considerou a “pequena elevação do preço dos bens-salário” como o instrumento imprescindível de que dispõe a economia moderna para realizar “o fato vital que os clássicos julgaram, com razão, como inatacável. Em um dado estado de organização, equipamento e técnica, o salário real ganho por uma unidade de trabalho tem uma correlação única (inversa) com o volume de emprego. Portanto, se o emprego aumenta, então, no curto prazo, a remuneração por unidade de trabalho, em termos de bens-salário, deve, em geral, declinar e os lucros aumentarem”. (J.M. Keynes, *General Theory*, Royal Economic Society, pág. 17). Logo a inflação se apresenta como um instrumento monetário essencial para pressionar as relações sociais entre assalariados e patrões em benefício dos últimos. Se a economia capitalista deve reduzir a ação do instrumento monetário, porque a taxa de inflação se encontra demasiado elevada, é mister encontrar outro mecanismo para realizar aquele objetivo.

Roberto Campos usou o poder colocado a seu dispor para fechar os sindicatos, e a polícia passou a garantir o processo pelo qual “o salário por unidade de trabalho declina e os lucros aumentam”. A greve passa a ser crime; a reivindicação salarial, subversão; a adulteração dos índices, prática consuetudinária e patriótica. A inflação pôde declinar porque as relações sociais da produção entre capitalistas e assalariados foram pressionadas não apenas pela alta de preço dos bens-salário, pela “inflação residual”, mas pela repressão policial, política, legal.

Naquela ocasião não lhe ocorreu eliminar ou incorporar o 13º salário ao lucro dos empresários. Sua vocação irresistível de servir ao capital, o deus de sua nova religião, levou-o a eliminar os dias-santos e os feriados, realizando a reforma gregoriana do calendário capitalista.

Se “após Keynes todos somos keynesianos”, é preciso dotar a economia retardatária, dependente, subdesenvolvida, dos instrumentos que vitalizam a ação keynesiana. O governo keynesiano, senhor da moeda estatal, é o grande reempregador dos trabalhadores desempregados pela tecnologia poupadora de mão-de-obra ou pela crise. O governo keynesiano é o grande comprador e financiador de estradas, de obras de infra-estrutura, de armas, de produtos espaciais, de investimentos “completamente dissipadores”. Para realizar o crescente dispêndio necessário à dinâmica capitalista, o poder executivo keynesiano infringe o limite ortodoxo do equilíbrio orçamentário, mas encontra dois obstáculos imediatos: a democracia e a inflação. Keynes afirmou em um artigo publicado na

New Republic, em 1940: "Considero politicamente incompatível com a democracia capitalista elevar o dispêndio na escala necessária para fazer a grande experiência que provaria a minha tese, exceto em condições de guerra".

Roberto Campos era o ministro especial, o "enfant gaté" de um governo revolucionário, mais poderoso que o governo beligerante que Keynes considerara o único capaz de elevar o dispêndio despótico à escala necessária para provar sua tese. Logo, o combate à inflação não poderia ser feito via redução do dispêndio governamental. Para manter os gastos crescentes do governo, para garantir a parcela crescente do governo na estrutura dos gastos totais, Roberto Campos age com a consciência de um lúcido estruturalista (que se acredita que ele não seja). Ao invés de recorrer ao déficit orçamentário e às novas emissões, à maneira de Juscelino, Sua Excelência mais uma vez abandona a utilização do instrumento monetário. O governo Kubitschek já tinha desgastado, por abuso, o instrumento inflacionário. Roberto Campos altera a estrutura tributária e se vale do instrumento fiscal como sustentáculo da hipertrofia keynesiana dos gastos do governo despótico. Centralizados os novos tributos (IPI, ICM, ISS) nas mãos do Executivo federal, o aumento da despesa pública na "escala necessária para fazer a grande experiência" não teria o impacto inflacionário que resultaria da cobertura do dispêndio crescente por meio de novas emissões... Assim, mais uma vez, o instrumento monetário é substituído por não-monetário (fiscal, neste último caso), para manter a estrutura da demanda global e a relação entre a esfera do governo e a esfera privada em benefício da primeira.

Por isso a uma menor taxa de inflação poderia corresponder uma maior parcela de poder econômico posto nas mãos do Executivo federal. Alguns ingênuos não perceberam que o resultado do desenvolvimento do novo "modelo" iria concentrar recursos, capital e poder no pólo do governo e no das empresas multinacionais como resultado inexorável dos desejos de Sua Excelência transformados em prática.

O capital estrangeiro, dileto amigo do Senhor Embaixador, mostrara ser um hóspede incômodo e perturbador de nossa economia subdesenvolvida. As indústrias transplantadas para o Brasil, para a Argentina, para o México, para a África do Sul, para o Canadá, etc., foram justamente aquelas que se encontravam na linha de frente das perturbações que eclodiram na crise de 1929. Este capital problemático, prenhe de contradições, exigiu, de acordo com o prof. Euqênio Gudin, doações e estímulos que representaram 50%

do valor do capital transplantado. Se o governo, na década de 50, alocou recursos para preparar a infra-estrutura de energia e transporte, saúde, comunicação e educação, necessária para receber o incômodo hóspede, ele se definiu como um canal de captação de riqueza transferida como lucro para o capital estrangeiro. Sem os limites técnicos do dimensionamento balizado pelo mercado interno, superdimensionado pela doação estravagante, o capital produtivo estrangeiro fez com que a capacidade de produção da indústria instalada ultrapassasse rapidamente o limite estreito do consumo da pobreza brasileira.

Para restabelecer a ordem do capital, ameaçada pelo computador do capital externo, se unem os seus representantes Lincoln Gordon, Roberto Campos e a U.D.N. A concentração consumista da renda necessária para criar o privilégio da riqueza dos consumidores de cúpula se constrói por meio da exclusão da massa assalariada e do aumento dos desníveis da repartição da renda nacional.

Dois componentes essencialmente comprometidos no processo tinham de mostrar-se aparentemente neutros, assépticos e imparciais para remodelar a estrutura concentradora e ditar as normas "técnicas" de distribuição do produto social. O capital estrangeiro e a burguesia nacional encontraram na tecnocracia e na organização militar os ingredientes "externos" e aparentemente neutros, essenciais para a redinamização da economia capitalista brasileira e para impor as regras da repartição concentradora do produto nacional. Em outubro de 1968 Roberto Campos defendia com entusiasmo a "solução tecnocrática": para mostrar as vantagens de sua dileta predileção, opunha-a à "solução ideológica" como instrumento necessário "para induzir a população a aceitar as restrições inerentes ao processo de acumulação de capital", mantendo a "disciplina social em face de medidas antiinflacionárias" . . . "A solução tecnocrática tem que ser confirmada por êxitos quase imediatos pois, de outra forma, tornar-se-á inviável, já que não se assenta em místicas e, por conseguinte, é menos inspiracional do que eficiente". (Roberto O. Campos, *Temas e Sistemas*, p. 17).

Nosso Senador híbrido, o antigo tecnocrata que hoje se declara politocrata, continua sua defesa do tratamento de choque elétrico e cassetete dos problemas salariais: "A solução tecnocrática é ideal sob vários aspectos: preserva um grau maior de racionalidade e, por conseguinte, de eficiência econômica", afirma o antigo filósofo teocrático do despotismo racionalista. Passa, em seguida, a outro tema de sua predileção, dedurando os nacionalistas: "outro tipo de *subversivo* é o nacionalista", afirma o insubversível transpatriota em sua fúria catalogante.

Em nome do eterno combate à inflação, Roberto Campos realiza a “sangria purificadora” do capital nacional. A política de restrição de crédito atingiu especialmente a indústria e o comércio nacionais, elevando a taxa de falências e concordatas a um pico anteriormente desconhecido no país. Logo após deixar o Ministério, escreveu um artigo no qual defendeu a restrição de crédito por ele imposta ao empresário nacional como uma forma diabólica de aumentar os investimentos. Afirmava, então, que se os empresários fossem obrigados a vender as suas empresas insolventes pela metade de seu valor patrimonial investiriam em outro setor o dinheiro obtido como resultado da liquidação de seu patrimônio. Obviamente, como os empresários brasileiros se encontravam irmanados pela descapitalização provocada pelo governo federal mediante a política de restrição de crédito, somente o capital estrangeiro poderia ter o lucrativo e gostoso privilégio de, na bacia das almas, apropriar-se do capital nacional em desespero.

Naquele momento, forjando os instrumentos de dominação do capital estrangeiro, não se esquece dos benefícios que os capitalistas brasileiros poderiam auferir de sua convivência tonificadora com o capital alienígena. Como todo ideólogo, transfere os benefícios dos capitalistas brasileiros para o futuro. Promete para o ano 2.000 não o endividamento atual, de quase 100 bilhões de dólares, e um custo insuportável do serviço da dívida externa. Acena para os capitalistas subdesenvolvidos brasileiros com a triste esperança de que no ano 2.000 suas empresas transplantadas para a Bolívia, para o Paraguai, etc., estariam recebendo daqueles povos a mesma repulsa que o capital americano recebe hoje dos brasileiros; “Brazilians, go home” seria a inscrição da revolta daqueles povos contra o capital brasileiro. No sonho americano de Roberto Campos, no ano 2.000 os nossos capitalistas seriam enxotados na língua do Tio Sam, que dominaria, tal como o seu capital, toda a América Latina.

Como todo ideólogo, Roberto Campos limita-se a aprofundar a superfície, a aparência, o engodo. Daí a superafetação da forma. O Senador do PDS sonha com o dia em que o capital da grande matriz do norte tenha penetrado tão profundamente nos alicerces da vida brasileira que a língua falada aqui seja o inglês e a reação de nossos pobres vizinhos e ex-amigos contra o nosso capital se expresse no idioma do Tio Sam: “Espero viver”, pede ao deus do capital, “o dia em que, num país industrializado e exportador descomplexado de capitais, entregue à sua faina diária, e inconsciente de suas intenções imperialistas, acordemos brasileiros para ler que

programas de auxílio à Bolívia e Paraguai, no ano 2.000, por exemplo, são recebidos com as familiares inscrições "brazilians, go home". Como se vê, basta ser inconscientemente imperialista para não ser imperialista ou para ser absolvido da culpa que acompanha os exploradores vorazes.

No trecho acima, o ideólogo quixotesco fantasia todos os brasileiros de exportadores de bens e doadores de auxílios, este mesmo povo que não pode "exportar" a fabulosa dívida externa adquirida com outros AIDS contraídos através de contactos com os dominadores e patrões do norte. Entre a fantasia quixotesca de um triste Quixote cujo sonho não é conquistar sua Ilha mas transformar o seu país num entreposto, numa subárea industrial ou numa base militar para os imperialistas, e a amarga realidade em que se transformaram seus sonhos de subserviência deve existir algo mais verde, sonoro e de maior poder liberatório do que vãs filosofias.

No meio e no fim do processo de formação da estrutura da dependência da economia brasileira se encontra a prestimosa inteligência do cérebro econômico da revolução de 1964, o Dr. Schacht da ditadura da UDN.

"Do outro lado da cerca" Sua Excelência não se deu bem. Lá, o processo decisório tem seu custo e a conseqüência da tomada de decisões não recai sobre a massa inerte e desarticulada que paga a conta, por meio do subconsumo e do supertrabalho, que a opacidade das relações sociais da produção lhe debita, como transferência da dívida contraída pelos importadores e dissipadores de dólares.

"Do outro lado da cerca", por onde pouco andou, as decisões irresponsáveis esbarram nos obstáculos duros, nas questões fundamentais do dever e do haver; "do outro lado da cerca" está a transcendência do "money making and money loving instincts of men" prisioneiros da receita e dos custos.

Rescaldado com a rápida incursão na terra de seu verdadeiro amor — o capital privado — retrocedeu e pulou para cima da cerca na distante e alegre embaixada londrina, observando da sólida e velha Albion o desenvolvimento do processo que o reconduziria, quem sabe, ao centro do amado poder.

Tem muito tempo, Sua Excelência o Embaixador, para "explicar" as mazelas do capitalismo norte-americano; mas sua argúcia não consegue acompanhar a marcha da desarticulação e da crise do capitalismo cêntrico. Inconsciente da ingente tarefa, quer explicar o capitalismo brasileiro problemático e o cêntrico, ao invés de proceder como os argutos advogados que separam os criminosos par-

típicos de uma *societas sceleris* para mais facilmente defender cada um em seu júri. "Explica" a dívida externa dos Estados Unidos argumentando que "boa parte do déficit americano decorria de fatores ocasionais, alguns reversíveis: a guerra do Vietnam, a ajuda externa (sic), a exportação de capitais. Esta, a curto prazo, atua negativamente no balanço de pagamentos: a médio e longo prazo, a repatriação de rendimentos compensa a sangria inicial". (Roberto de Oliveira Campos, Temas e Sistemas, 2ª Edição, APEC, p. 70).

A inteligência dos ideólogos se assemelha às vestes das mulheres pudicas: quando conseguem encobrir algumas vergonhas do sistema, falta substância para impedir que outras vergonhas fiquem de fora . . . Se o capital estrangeiro ao refluir para as economias hospedeiras provoca o déficit, "a sangria inicial", mas a médio e longo prazo "a repatriação dos rendimentos compensa" aquela sangria, isto se verifica porque as economias hospedeiras, como a brasileira, passam a sofrer a "sangria" representada pela remessa de lucro, de juros, pagamento de auxílio técnico, royalties, etc. Aqui, Sua Excelência explicou demais, revelando a etiologia de nossa dívida externa "reequilibradora" do balanço de pagamentos dos Estados Unidos . . . Sapiens sat.

A FALA INAUGURAL DE UM SER HÍBRIDO: UM POLITOCRATA NO SENADO

A primeira reação diante do pronunciamento inaugural do sr. Roberto Campos no Senado da República é a de uma completa perplexidade. Se não houver modificações na Carta Magna para que selenitas e marcianos pudessem participar do fórum em que os representantes dos estados brasileiros deveriam tratar seriamente das relevantes questões da nação conturbada, como entender a fala do Senhor Embaixador, vazada num idioma abstruso, estruturada em argumentos falaciosos, articulada sobre uma lógica senil e, sobretudo, dirigida a um ouvinte que não é o povo brasileiro, nem seus representantes no Senado?

Quem não soubesse de sua conversão democrática, de seu batismo eleitoral no Mato Grosso e de sua posse no Senado Federal poderia pensar que aquele era o pronunciamento do último exilado em retorno após 15 anos de ostracismo no louro conforto do aconchego londrino.

Sua arenga não poderia ser dirigida ao famélico povo brasileiro, aqueles que constituem os 80% da força de trabalho, que perce-

bem de 0 a 3 salários mínimos; seu discurso não poderia ser dirigido aos 25 milhões de menores carentes e abandonados, que o processo de exclusão e de concentração de renda lançou na marginalidade, na indisciplina, na anomia e no crime, como formas de sobrevivência. Esquecendo-se Sua Excelência das práticas católicas que obrigam o pecador e o criminoso a se confessarem e a se penitenciarem, adota os padrões reformistas do exame individual da consciência, ele se indulgencia e se absolve de suas práticas passadas, como se todas traduzissem apenas leves pecados veniais. Esparge a água benta do perdão sobre os seus colegas de banco e de ofício – Eugênio Gudim e Gouveia de Brulhões – e, investindo-se em poderes papais, resolve santificar este último: o Santo do *laissez-faire*.

Desconhecendo o povo e as condições que o cercam, pensa que a Nação, aviltada e empobrecida, irá passiva e civilizadamente submeter-se ao sacrifício extremo que representa o pagamento da dívida externa e da interna. Como se estivesse na Câmara Alta da aristocracia fundiária do século passado, vai buscar o argumento terrível e definitivo em favor do pagamento da dívida externa numa discussão entre Evaristo da Veiga e Cunha Matos, travada em 1831! Diante do espírito submisso e colonizado, parecem aterradores os argumentos em favor do pagamento da dívida externa, apoiados no perigo que correríamos de termos nossa imagem depreciada diante das cortes européias.

Eis o trecho que serve de muleta e de supedâneo ao deslocado Senador: “Não vamos aumentar a desgraçada lista das nações da América que não gozam do menor crédito e são até olhadas com horror, como destituídas de boa fé, se é que na Europa não chegam a ser tratadas de bárbaras!” *Pour quelque chose malheur est bon*. As desgraças que pesaram sobre a massa da população brasileira desenvolveram sua consciência de tal forma que ela se tornou independente e insensível ao medo servil de “serem tratadas como bárbaras”, ou de serem consideradas como “destituídas de boa fé” por parte das nações que teceram as relações internacionais de dominação, de espoliação e de evisceração dos povos dominados.

Não apenas em 1831, mas também em 1898, em 1914 e em 1937, pronunciamentos semelhantes poderiam ser colhidos no Poder Legislativo, porque aqueles anos expressam os momentos críticos das relações entre o Brasil e o centro explorador externo, objetivadas nas moratórias que o País teve de assinar.

O MALTHUSIANISMO DE CAMPOS: O HOMEM PERTURBA A SOCIEDADE HUMANA

De retorno ao lar, o filho pródigo não gosta da taxa de natalidade que ele encontra em sua terra. Enquanto a raça cabocla e nativa nascia para trabalhar, para produzir o lucro branco e líquido auferido pelo capital estrangeiro e até mesmo pelo nacional, justificava-se a fertilidade sensual e sem peias do povo empobrecido. A partir do momento em que ela teima em crescer e multiplicar, apesar dos freios malthusianos do arrocho salarial, do preço inacessível dos remédios, dos juros extorsivos do sistema bancário, dos reajustes excludentes da casa própria e da habitação de aluguel, fazem-se necessários mais drásticos instrumentos para reprimir a teimosa insistência da população brasileira em continuar sobrevivendo. A partir do momento em que a oferta de força de trabalho proveniente do Nordeste, da expulsão dos trabalhadores agrícolas pelos tratores, se soma ao contingente adicionado pelo incremento vegetativo da população pobre, assalariada, a explosão demográfica perde sua funcionalidade, isto é, deixa de pressionar para baixo o salário real da economia industrial do centro-sul; de regresso ao antigo lar, o senhor Roberto Campos se assusta diante do agravamento do problema que a crise econômica e a redução do volume de emprego impõem à sociedade.

Devemos nos reproduzir civilizadamente a fim de não perturbarmos o crescimento do capital, com sua capacidade cada vez mais reduzida, pela robotização, de absorver mão-de-obra. Os homens teriam ficado obsoletos, é o que afirma o politocrata em suas razões em socorro do capitalismo dependente, apresentadas na Câmara Alta. Não repete pura e simplesmente os argumentos que Robert Malthus alinhara no princípio do século passado com os mesmos objetivos. A novidade que Roberto Campos introduz é bem modesta: não apenas os trabalhadores se tornaram obsoletos e superabundantes diante do capital robotizado, mas a população se tornou imprestável para o exército que comanda os botões, e não os batalhões.

O discurso utilitarista que o senhor Roberto Campos consegue fazer em defesa do capitalismo subdesenvolvido em crise o leva a revelar as dimensões mesquinhas que comportam o seu humanismo: se os homens não servem nem para trabalhar nas máquinas robotizadas nem para matar no exército automatizado, ergo não devem nascer.

Revela-se Sua Excelência, desvestidos os atavios da falsa erudição, um simplista irremediável: coloca toda sua economia no dividendo, o produto nacional que não pode fazer crescer e toda sua demografia no divisor, propondo a redução, o extermínio populacional como remédio para elevar o produto *per capita*.

O famigerado politocrata do PDS, movido pelo ímpeto de corrigir o “descuido populacional”, isto é, para eliminar a população assalariada “excedente”, desempregada, não se envergonha de adotar um conceito “marxiano” para o desemprego brasileiro. Mas guarda de Marx a distância devida, a fim de não comprometer suas possibilidades futuras, num país de tão poucas letras: usa o Dr. Blaug, como se fosse um aluno de História do Pensamento Econômico bisonho, para que a adoção do conceito marxista fosse destituída de qualquer periculosidade. Propõe cuidar malthusianamente da erva humana que grassou no país enquanto passeava sua etiqueta na corte da Senhora Thatcher.

Recorre a Marx para defender Malthus, “o sicofanta”, “o plagiário”, etc., segundo o conceito do primeiro. Enquanto Malthus justifica a abolição da Lei dos Pobres (como seu discípulo propõe diluir o 13º salário pelos 12 meses e rebaixá-los em conjunto) e afirma que “aqueles que chegaram tarde ao banquete devem despedir-se” porque estão perturbando “a harmonia do banquete”, com suas reivindicações de emprego, nosso Senador sabe como corrigir o “descuido”.

Ao contrário do que afirma o estranho economista do Mato Grosso, Marx não propõe e não acha ser possível reabsorver o desemprego através de investimentos, por meio de uma acumulação de capital adicional. Para Marx, são os investimentos capitalistas que criam o desemprego porque, sob a grande indústria, as máquinas competem e expulsam os trabalhadores. A esse desemprego “tecnológico”, devido ao caráter “labour-saving” da acumulação, se soma o desemprego proveniente dos “enclosures”, da dizimação dos posseiros, de seu desapossamento; o desemprego proveniente da liberação da força de trabalho agrícola – pastagens e máquinas reduzindo o emprego no campo, e o desemprego proveniente da taxa de natalidade elevada da população assalariada constituem as fontes do desemprego normal, do exército industrial de reserva que pressiona o salário para baixo do custo de reprodução da força de trabalho, no mercado livre dos santos Malthus e dos Bulhões, Campos e Delfins.

Se o marxista blaugiano adota um conceito “marxiano” de desemprego, não se precisa pensar que ele será capaz de iludir os

industriais paulistas: a indústria é incapaz de reabsorver o desemprego brasileiro. Se a atividade industrial emprega apenas 11% da força de trabalho ativa; se o desemprego robertiano não atinge o nível do pinochetano de 25%, ainda, mas situa-se em torno de 9%, seria necessário um período de 10 anos, com um investimento industrial líquido de 7% ao ano, mantido o atual padrão tecnológico, para que o desemprego atual fosse absorvido pela acumulação industrial. O problema estaria resolvido se o crescimento industrial não fosse negativo como o atual, se os 35 milhões de carentes e abandonados não aflorassem no mercado de trabalho durante o período, se, se, se, . . . Sua incursão no Capital visa, apenas, salvar a aparência de uma solução do desemprego que salva e estimula o capital. Se os assalariados tiverem de esperar, desempregados, pela eficiência das medidas de reabsorção da mão-de-obra, verão que "a longo prazo *estarão* todos mortos". Em respeito aos cem anos da morte de Marx, Sua Excelência deveria arranjar outro apelido para seu desemprego, pois, para o autor de "O Capital", "the increase of the productive force of labour and the greatest possible negation of necessary labour is the necessary tendency of capital" . . . (K. Marx, Grundrisse, Penguin Books, 1973, p. 693).

A redução da taxa de crescimento da população proletária seria um outro "freio moral", um outro instrumento antierótico de Roberto Campos, o abstêmio, ou o penitente sexual em relação ao orgasmo alheio: "Todos os países hoje desenvolvidos, com boa qualidade de vida, têm taxa de crescimento populacional inferior a 1% ao ano". — "Todos os países subdesenvolvidos têm crescimento populacional superior a 2% ao ano e todos os de maior pobreza relativa crescem a mais de 3%, com crônicos problemas de pobreza, desnutrição, e favelamento urbano", pontifica, em duas leis do simplismo econômico e demográfico, o sumo pontífice da ortodoxia brasileira.

Ainda não havia o seu leitor absorvido o estranho embrulho contido no seu "desemprego marxiano" e uma nova armadilha demográfica é lançada em seu tortuoso caminho. Enquanto usufruía o Poder, entre 1964 e 1967, a sua medicina foi alopática. As falências, as contrações dos investimentos, a restrição do crédito, a "sangria depuradora", constituíam o principal da farmacopéia do Senhor Embaixador. Agora, o novel politocrata promete um receituário favorável aos industriais, uma medicina hannemaniana, uma homeopatia agradável. No entanto esta notável medicina se baseia no princípio segundo o qual *similia similibus curantur*. Se o problema atual é realmente o de desemprego marxiano, ele é o resul-

tado de uma acumulação excessiva que fez aumentar a composição orgânica do capital e reduzir a taxa média de lucro da economia brasileira. Segundo Keynes, os investimentos produtivos geram a abundância de capital, cuja taxa de lucro ou “eficiência marginal poderá cair a zero, ou abaixo de zero, no curso de uma só geração”, por excesso de investimentos. A estranha medicina do contraditório Embaixador propõe resolver um problema de acumulação rápida e excessiva que caracteriza a economia brasileira a partir do “milagre” e que produziu o desemprego marxiano através de investimentos produtivos superdimensionados e poupadores de mão-de-obra: *similia similibus curantur* — por meio de uma acumulação adicional a economia hannemaniana do sr. Roberto Campos afirma ser possível reabsorver o desemprego que ela própria gerou . . .

Não é menos infeliz o Senhor Ministro ao procurar correlacionar baixas taxas de crescimento demográfico com elevados índices de crescimento econômico. Seu desejo de impor o arrocho salarial e o expurgo demográfico o leva a dispensar o indispensável apoio nos dados. “A revolução industrial na Alemanha não se verificou sem uma revolução agrícola e demográfica . . . A população da Alemanha passou de 24.600.000 em 1800 para 36.000.000 em 1850, e 56.000.000 em 1900. (M. Niveau, História dos Fatos Econômicos Contemporâneos, Difusão Européia do Livro, p. 106).

“Em 1790 a população dos Estados Unidos não ultrapassa 4 milhões de habitantes . . . atinge 32 milhões na véspera da guerra de Secessão . . . A população é de 50 milhões em 1880 . . . A cifra de 100 milhões é atingida logo após a guerra de 1914/1918 e a de 150 milhões em 1950”. (M. Niveau, *idem*, pág. 79/80).

“O Governo Meiji fomentou o aumento da população lutando contra as causas da mortalidade . . . A população total do Japão passou de 38.400.000 em 1872 para 43.850.000 em 1900 e 89.270.000 em 1955”. (M. Niveau, *idem*, p. 122).

Não apenas o desenvolvimento econômico e o crescimento da população foram mais do que irmãos gêmeos, de vez que sua mútua dependência os transforma em fenômenos xifópagos e inseparáveis. Sauvy, autor entre outros de *Richesse et Population*, atribui o marasmo problemático da economia francesa da década de 30 principalmente à baixa taxa de crescimento demográfico das décadas precedentes.

No seu *World Population and Production* (N. York, 20th Century Fund, 1953, p. 44). W. S. e E. S. Woytinsky apresentam os números que constam da tabela a seguir, e que também não se conforma com as duas leis robertianas:

	1800	1850	1900	1930	1950
França	27,3	35,8	39	41,8	41,9
Grã-Bretanha	15	22,6	38,7	46	50,9
Alemanha	24,6	35,9	56,4	64,3	69
Rússia (URSS)	37	60,2	111	156	193
Est. Unidos	5,3	23,2	76	122	151,7

A adoção do desemprego “marxiano” deveria implicar no reconhecimento de que ele é um fenômeno imanente ao modo capitalista de produção, em todos os estágios de desenvolvimento das forças produtivas. Marx fala, no capítulo XVII de “O Capital” no “robô” que compete e expulsa os trabalhadores assalariados. Mostra que é essa negação do assalariado que eliminará o capitalismo, como a eliminação do escravo pôs fim ao regime de trabalho escravista e a eliminação dos aprendizes e companheiros de um lado e da corvéia de outro – do servo da gleba – significa a superação da servidão.

Os velhos malthusianos que desejam “cuidar” do desemprego, eliminando as condições de reprodução da família assalariada, poderiam “resolver” o falso problema do desemprego, abolindo a abolição da escravatura: nenhum senhor de escravo admite o “desemprego” de seus mancipios, pois escravo “desempregado” corresponde a escravo livre, emancipado . . . Logo, a escravidão desconhece o desemprego: voltando-se à escravidão, “resolve-se” o desemprego sem recorrer ao extermínio malthusiano. Mas os malthusianos não querem resolver o desemprego: querem silenciar os protestos dos desempregados “marxianos”. Seu ímpeto de reduzir o salário real os leva a atribuir à elevada taxa de natalidade o desemprego que o capital produtivo, a máquina, gera.

Se os malthusianos “cuidassem” do desemprego, eliminando por meio dos *freios repressivos* (fome, pestes, epidemias não comunicadas à coletividade, revoluções e guerras) indicados por Robert Malthus e a eles acrescentassem os nossos mão-brancas e as nossas rotas, deveríamos nos preparar para um próximo extermínio: o desemprego voltaria a vicejar. Isto porque os aumentos de produção e de produtividade que nos levariam à robotização, são acompanhados de aumento do desemprego, de óbvia redução do número de operários empregados. Se atingíssemos o “invejável nível” da economia norte-americana, teríamos seus 11% de desemprego, o que significaria hoje, no Brasil, cerca de 5,2 milhões de desempregados. Mas não teríamos apenas o desemprego cíclico. Vejamos o que ocorreu na indústria americana em fase tranqüila e próspera:

“Nos 13 anos que foram de 1951 a 1964, embora a força de trabalho dos Estados Unidos tivesse crescido de 10 milhões – de 60,9 para 70,6 milhões – o emprego de operários não cresceu de modo algum e durante os primeiros anos do período declinou. Estas cifras incluem o emprego de operários fora dos sistemas industriais, à exceção da agricultura e das indústrias de serviços. No aço, nos automóveis, no petróleo, no fumo e em grande parte do processamento de alimentos, que são indústrias caracterizadas por um número relativamente pequeno de firmas muito grandes, e, assim, grandemente representativas do sistema industrial, o emprego de operários em 1964 permaneceu bem abaixo (e, em alguns casos muito abaixo) do registrado em 1951, e assim continuou até recentemente. Em 1964, a produção de todos os bens foi uma vez e meia maior que a de 1951. Em 1960 a indústria automobilística tinha menos 172.000 operários que em 1953 e produziu 1/2 milhão de carros de passageiros e mais de cerca outro tanto de caminhões e ônibus”. Segundo o testemunho do assessor e embaixador do Presidente Kennedy, o professor J. K. Galbraith (O Novo Estado Industrial, p. 260), a acumulação industrial progride juntamente com o desemprego, com a redução do número de operários. Por isso, o nosso Nordeste não solucionou seu problema de “excedente” populacional com os investimentos industriais movidos pelos estímulos fiscais.

A gravidade especial do problema do desemprego no Brasil tem duas bases reais: a primeira é que agora, diante do desemprego crescente, as atividades governamentais, burocráticas, terciárias que reabsorveram parte do desemprego tecnológico nos últimos 50 anos e o desemprego cíclico da década de 30, em todos os países capitalistas, encontram-se paralisadas pela crise do governo keynesiano. Ao invés de reempregar os trabalhadores expulsos da produção, o governo falido reduz as folhas de pagamento dos funcionários, lançando-os no rol dos desempregados. O governo keynesiano se transformou em antikeynesiano por falta de escolha. “Durante todo o período” em que o desemprego de operários se processou, lembra ainda Galbraith, “houve um aumento muito grande de funcionários burocráticos. Em geral, os estudos recentes sugerem que estas tendências continuarão”. E continuaram até que o aumento da dívida pública impediu que o governo keynesiano continuasse a absorver o desemprego . . .

O segundo fator agravante do desemprego, ao lado dos falsos diagnósticos que visam obscurecer sua origem no próprio processo de desenvolvimento e de acumulação selvagens, consiste na com-

pleta ausência ou na falência dos sistemas de assistência social ao desempregado, ao menor, ao idoso, ao aposentado e ao doente. O processo de acumulação selvagem monopolizou e desviou os recursos que poderiam ter sido destinados aos fundos de desemprego, ao seguro de emprego, aos institutos de aposentadorias e pensões, à proteção do menor abandonado e aos institutos de aposentadorias e pensões, e o despotismo político permitiu a malversação dos escassos recursos do IAPAS, em estado de declarada insolvência.

Ainda que fosse eliminado por meio dos freios preventivos, do "family planning", o excedente que emergiria no mercado de trabalho nos próximos 15 anos; ainda que através de "freios repressivos" (fome, epidemia, peste, revolução, guerra) se eliminasse mais imediatamente 20% da população ativa brasileira, os 28% mais pobres da força de trabalho remanescentes continuariam irremediavelmente pobres. Como os 40% da força de trabalho de menor renda recebem 9,7% da renda nacional (1980), a eliminação malthusiana de cerca de 9,5 milhões de operários significaria um incremento, caso sua parcela fosse "herdada" por seus colegas supérstites, de apenas 4,8% da renda que seria transferida para os 28% mais pobres sobreviventes. Com essa dizimação malthusiana da população economicamente ativa, os 28% mais pobres (que correspondem aos 20% da população anterior ao expurgo) passariam a perceber, supondo que não houvesse redução da renda nacional com aquela hecatombe, ao invés dos atuais 9,7%, apenas 14,5% da renda (este exercício malthusiano se valeu dos dados constantes da Tabela I — distribuição da renda entre pessoas de 10 anos ou mais economicamente ativas com algum rendimento, no Brasil, em 1970 e 1980, constante do artigo: Distribuição da Renda no Brasil, em 1980, por unidade da Federação, de Rodolfo Hoffmann, Revista de Economia Política, Vol. 3, nº 1, janeiro/março, 1983, pág. 32).

Logo, as mais drásticas medidas de controle populacional, capazes de zerar a taxa de crescimento da população proletária, ainda que eliminassem, também, 20% da população economicamente ativa, de cerca de 47 milhões de pessoas, não conseguiriam retirar os 28% mais pobres remanescentes da situação de completa pobreza. As medidas coercitivas, malthusianas, de expurgo populacional, tão a gosto dos "liberais" da economia, obviamente não resolvem e não visam resolver o problema da miséria, da pobreza do assalariado, aprofundado pelo arrocho salarial em suas várias modalidades: aquelas medidas têm por fim eliminar os trabalhadores para que eles "não perturbem o banquete dos ricos", conforme a assertiva de Malthus, um outro santo do martirologio liberal.

Corrigida a “displicência demográfica”, da qual resultou, segundo o Senhor Embaixador, a presença dessa gentilha desocupada, marginalizada, que agita e protesta com desaforo, querendo impor seu irracional e insuportável direito de viver . . . , restaria a displicência “energética”. Os arquitetos plantam trepadeiras para encobrir seus desastres estéticos; os médicos enterram seus erros; os tecnocratas põem a culpa no petróleo.

Desejoso de bem servir ao monopólio estrangeiro, investe contra a Petrobrás, e aos velhos argumentos sedícios e imprestáveis junta mais um, igualmente trêfego: agora a acusa de ter gasto muito pouco em pesquisa. “Somente em 1978, vários anos após a crise de Yom Kippur, a parcela de pesquisa e exploração no orçamento global da Petrobrás veio atingir proporção (37,9%) comparável à de 1969 (37,5%)”. Estranha o Senhor Senador “o silêncio ensurdecador” do Congresso Nacional diante do execrável monopólio estatal do petróleo. Ataca o nacionalismo, “forma zangada de patriotismo”, que dificulta a substituição do condenável monopólio nacional pelo amado, eficiente e lucrativo monopólio das sete irmãs. Ubi bene, ibi patria, eis o lema do transpatriotismo liberal — onde está o lucro, aí está a pátria.

Para realizar “o comando único”, tido como necessário pela mente tecnocrática para centralizar as decisões sob o comando do “grande estrategista”, silenciou-se o Congresso Nacional e castrou-se a autonomia do Legislativo, retirando, entre outras, a prerrogativa da iniciativa de projetos de lei que impliquem aumento de despesa orçamentária.

Em relação ao argumento de que a Petrobrás aplica pouco em pesquisa e exploração, seu argumento é obviamente impropriedade diante dos 37,9% do orçamento global que ele confessa corresponder ao montante aplicado pela empresa para aqueles fins. Se o entusiasmo defensor do regime do Tio Sam não fosse um privativista de conveniência, ele poderia encontrar no considerado pequeno volume de recursos aplicados pela Petrobrás em pesquisa e exploração uma falta de amparo e de estímulo governamentais: 65% do total do dispêndio das empresas privadas norte-americanas em “pesquisa e desenvolvimento” são constituídos de recursos doados pelo governo. Antes do advento da Senhora Thatcher, este percentual se elevava, na Inglaterra, a 73%.

Se o problema fosse decidido em termos de gastos em pesquisa, o ex-tecnocrata deveria respeitar, pelo mesmo argumento, os setores de “informática, de eletrônica e de fibras óticas”, que ele deseja transferir ao oligopólio estrangeiro. Nesses setores, importan-

tes recursos para pesquisa, tanto privados quanto do governo, através de diversos órgãos, inclusive da Universidade de Campinas, vêm sendo aplicados no Brasil.

A abertura para o capital estrangeiro, a volúpia de entregar-se não apenas num gesto individual de definição, mas num espetáculo coletivo em que a penetração do capital estrangeiro se realize de forma plena, orgásmica e gratificante: talvez Freud explique esse "drive", essa impulsão pela abertura ao capital estrangeiro, que impede que se perceba que a crise atual é, em parte, devida ao esgotamento da forma de relacionamento internacional que se iniciou no pós-guerra, se reafirmou em 1964 e que encontrou na dívida externa de 100 bilhões de dólares o limite da "participação" externa.

Mostra-se saudoso dos tempos em que o oligopólio internacional do petróleo, com Rezha Pahlevi et cetera, tecia os laços da submissão e da subserviência com o mesmo material que servia para embalar e amarrar os fantásticos lucros obtidos do petróleo subdesenvolvido. O ilustre Senador, ao invés de buscar na OPEP o conteúdo positivo que se expressa na reação das economias colonizadas contra a secular deterioração dos preços de intercâmbio, sugerindo que o Brasil fizesse algo semelhante a fim de proteger o preço de seus minérios e de suas riquezas naturais dilapidadas diante do endividamento externo crescente, revolta-se contra os xeques que conseguiram apropriar-se de cerca de 20% dos valores totais gerados no setor petróleo.

Os economistas conservadores projetam a culpa das crises capitalistas em falsas causas externas ao capitalismo, exógenas às suas relações e contradições. Stanley Jevons realizou um esforço hercúleo e vão para "demonstrar", com evidências estatísticas, que as manchas solares eram as culpadas pelas crises da economia capitalista e por sua recorrência; Robert Malthus lançara a culpa dos desajustes e conturbações do capitalismo na suposta tendência da população aumentar em progressão geométrica, enquanto a capacidade de produção de alimentos estava amarrada a uma modesta cadência, cresceria apenas em progressão aritmética; seus representantes atuais, os tecnocratas, lançam a culpa da crise, mecanicamente, simplesmente, no petróleo. Os economistas petroleiros se esquecem:

1.º – Entre 1770 e 1815, houve 5 anos de depressão, a partir daí, o período, de início, encurtou, havendo crises em: 1818, 1825, 1835, 1847, 1857, 1863, 1873, 1890, 1900, 1907, 14-18, 1922, 1929. Nenhuma delas foi causada pelo aumento do preço do petróleo.

2º – O aumento da dívida externa brasileira, desejado como programa de governo, verificou-se antes da primeira alta do petróleo (1973): a dívida externa bruta brasileira, em 1972, elevou-se em 50% em relação ao montante do ano anterior, passando de cerca de 6 para 9 bilhões de dólares . . .

3º – Países não-importadores de petróleo, como a Argentina, e países exportadores de petróleo, como o México e a Venezuela, que foram hospedeiros das firmas multinacionais a partir da década de 1950, se encontram igualmente em crise.

4º – Economias cêntricas, integradas, que dominam o petróleo e outros setores mais importantes da economia capitalista mundial, como os Estados Unidos, se encontram em crescente depressão.

Diante do caráter terminal do padrão internacional de transplante de firmas transnacionais que transformaram, no Brasil, o superávit e as reservas externas de 1946 nos atuais quase 100 bilhões de dólares de dívida externa, São Roberto propõe o milagre de resolver o problema, aumentando-o: abrindo a economia brasileira para os monopólios estrangeiros no petróleo e derivados, informática, fibras óticas, eletrônica, sementes, etc. *Similia similibus curantur*, propõe o economista hannemaniano, o fundador da economia homeopática. É dose para cavalo!

O sentido real em que se poderia falar de crise do petróleo não é determinável pela mente tecnocrática: ela expressa a crise "marxiana" de desajuste entre o crescimento da indústria automobilística, aumento necessário do consumo de petróleo e derivados, de um lado, e a reduzida taxa de incremento de nossa produção de petróleo, gasolina e de óleos combustíveis. Se não existisse aquele desajuste, não haveria necessidade de importação, a preços internacionais em elevação, do petróleo.

A crise de desajuste que se manifestou no setor automobilístico não é específica dele: permeia toda a estrutura da produção dependente e semi-integrada. As empresas multinacionais realizam uma divisão internacional da produção e do trabalho que lhes assegura um maior poder de controle sobre a reprodução internacional do capital. Essa segurança, obtida através do sistema que obriga as unidades de produção sediadas em um país importar partes e peças de outro, a fim de produzirem os produtos finais, cria um desajuste generalizado na economia hospedeira. Basta que as empresas multinacionais elevem o preço de seus insumos indispensáveis, que bloqueiem suas exportações, voluntária ou involuntariamente (devido a uma guerra mundial, por exemplo) para que se repita, na-

queles setores industriais, um problema semelhante ao que ocorreu no petróleo, a partir de 1973. Como a economia brasileira mantém cerca de 30% a 40% de componentes importados de seus investimentos, basta uma dificuldade cambial crescente para evidenciar o desajuste, provocando uma crise parcial ou geral. Assim, a segurança nacional é falsa quando se apóia na reprodução da economia nacional que se encontra controlada pelas empresas multinacionais. É óbvio que se alguma economia hospedeira quiser rebelar-se contra a dominação do capital cêntrico, basta que as empresas multinacionais cortem os suprimentos de partes, peças e insumos estratégicos e básicos para que a economia dominada entre em colapso e, com ela, a nova composição e estrutura do poder político que pretendeu libertar-se das relações internacionais dominantes.

O Sr. Roberto Campos afirma que "a nova demonologia" consiste em transformar as empresas multinacionais e o FMI em demônios. Se os povos das economias hospedeiras reconhecem seus pés-de-cabra, seus chifres exploradores, o fogo de suas entranhas que arde em nossa dívida externa, o rabo pontudo que deteriora as nossas relações de intercâmbio e o cheiro de enxofre que emana de seus representantes nas agências do governo e no próprio Legislativo, para que e como mudar de demônios? Ou os culpados são os russos? Ou é a nossa cor?

Os Estados Unidos da América evocaram razões de segurança para impor o embargo contra a construção do oleoduto que permitirá parte da Europa Ocidental abastecer-se de petróleo soviético. A dependência que adquirirá a economia européia em relação à União Soviética e os laços de interesses comuns e de proteção da artéria de abastecimento do combustível vital, levaram o governo Reagan a uma batalha perdida para impedir a articulação daquela via econômica de controle político, umbilicalmente preso aos problemas de segurança nacional de vários países europeus. Não há por que discordar dos Estados Unidos nesse assunto: quem melhor do que a potência do Norte sabe que as condições políticas internacionais de reprodução do capital e de sua segurança dependem da divisão internacional da produção, do trabalho, da renda e da exploração?

O outro demônio, o FMI, é um velho companheiro de Sua Excelência, o Embaixador. Quando o governo brasileiro não encontra legitimação interna — nem no voto popular, expurgado, nem no desempenho da economia, exaurida e esgotada, nem nos figurões carismáticos, cassados ou desmoralizados — usa o demônio externo, o FMI, para atribuir-lhes a paternidade das medidas

de expurgo, de exclusão, de marginalização crescente de camadas cada vez mais numerosas da população.

Quem se utiliza da demonologia nova, atribuindo, desde o discurso da ONU, a culpa da crise às relações internacionais, à deterioração dos termos de intercâmbio, à elevada taxa de juros internacionais, etc., é o próprio governo que o sr. Roberto Campos defende, com tanto esforço, no Senado. É o governo que põe fogo na brasa necessária à vitalização dos demônios, recorrendo até mesmo à verdade no afã desesperado de manter o poder.

Felizmente, para a oposição, o FMI é como aquele médico da tropa: só possui uma pílula, qualquer que seja a doença e o praça doente . . . A pílula do FMI, de acordo com Payer, em seu livro intitulado *The Debt TRAP*, tem por objetivo real, final, desestabilizar os governos dos países que adotam seu violento receituário. As prescrições são as mesmas, em qualquer tempo e lugar: restrição de gastos do governo, até obtenção do superávit orçamentário; aumento da carga tributária; restrições de crédito, com o objetivo de “resfriar” a economia; eliminação de estímulos às exportações a fim de aumentar o excedente que o setor externo extrai da agricultura, da pecuária, da mineração e da indústria extrativa; desvalorização cambial com duplo efeito: tornar mais barato o capital nacional, a riqueza interna adquirível pelo capital externo relativamente valorizado e, por outro lado, compensar parte das perdas do setor exportador decorrentes da retirada dos estímulos e da redução dos preços internacionais dos produtos exportados; arrocho salarial para aumentar a massa de lucro apropriável pelo capital estrangeiro, sob a forma de pagamento da dívida externa, pelo capital nacional, em colapso pela contração da demanda governamental e da demanda da capacidade produtiva criados pelo arrocho salarial anterior e a sempre renovada eliminação dos subsídios à importação. O liberalismo fora do século, com duzentos anos de atraso, e fora de década, duas décadas após 64, é tão desajeitado e deslocado quanto a defesa da imobilidade da terra, do geocentrismo, do flogisto, da alquimia, etc. O liberalismo econômico foi uma ideologia capaz de convencer a burguesia e apaziguar o assalariado inglês do século XVIII devido à mensagem de superação dos males do capitalismo por meio das tendências “espontâneas”, autocorretivas, decorrentes do desenvolvimento do capitalismo concorrencial. Houve liberais ingênuos, que acreditaram que a concentração de capital, a exploração da classe operária, a dominação internacional, os privilégios do capital bancário, etc., seriam corrigidos pela tendência da economia de aumentar a produção e a produtividade,

reduzindo os preços das mercadorias, deflacionando o sistema e reduzindo a taxa de lucro, até que, no longo prazo, prevalecesse “a taxa de lucro normal, zero”.

O liberalismo do FMI e de seus representantes nacionais é o mesmo “liberalismo” que destruiu a democracia no cone sul e adjacências; é o liberalismo de Pinochet, de Galtieri, da Dona Thatcher, de Stroessner, et alli. Em sua versão funesta e final, pós-64, ele consistiu na repetição em escala ampliada das medidas de desproteção da indústria nacional “a fim de combater a inflação”, chegando ao limite de impor uma valorização cambial para que a “livre concorrência” e a “abertura dos portos às nações amigas” destruíssem o mercado dos produtos nacionais, a produção e o emprego doméstico; em nome do liberalismo de Friedman, os ditadores liberais destruíram os sindicatos a fim de observar o livre acordo entre compradores e vendedores, a ação da mão invisível via arrocho salarial, da expressão de vontades equipotentes — os assalariados desesperados pelo desemprego e pela fome, pela desorganização sindical e pelas desindexações, de um lado, e os banqueiros, oligopolistas e policiais, de outro, dentro da ordem e da legitimidade liberais; liberados os preços, a economia capitalista encontra sua forma de ajuste que decorre da estrutura oligopólica universalizada: as indústrias montadoras, as organizações oligopólicas compensam a redução do número de unidades vendidas e produzidas aumentando os preços de suas mercadorias acima da taxa de inflação. Ao invés de reduzirem os preços quando a demanda se contrai, como ensinam os manuais liberais, a indústria oligopólica eleva os preços de seus produtos diante de uma contração da demanda, pretendendo manter a antiga margem de lucro. Se as indústrias oligopólicas desempregam trabalhadores, reduzem a escala da produção e mantêm sua taxa de lucro, as empresas médias e pequenas, as fornecedoras de partes e de peças e os revendedores dos produtos finais têm de reduzir sua margem de lucro, entrar necessariamente no vermelho.

O liberalismo imposto a uma economia oligopólica, no limiar do ano 2.000, contém o mesmo grão de insanidade que levaria o diretor do jardim zoológico, desejoso de testar os princípios do “struggle for life”, da livre concorrência, da competição, da sobrevivência do mais apto, do liberalismo filogenético, a abrir as jaulas, libertando as feras. O senhor Friedman abriu as jaulas sul-americanas com as mãos outrora fortes dos pinochets e dos videlas, mas, antes de ser devorado por sua experiência, pegou o primeiro avião de volta à corte.

Quando a contração do mercado dos produtos oligopólicos for tão pronunciada que as indústrias concentradas não possam compensar com a elevação de preços de suas mercadorias a queda da receita e do lucro; quando o governo que se tornou "liberal" por falta de recursos, devido à queda da renda nacional tributável e do aumento da dívida pública, insolúvel; quando o mercado externo se fechar, não mais diante do protecionismo descartado pelo liberalismo, mas devido à falta de crédito externo decorrente da insolúência que impõe uma retração involuntária das importações por falta de vendedores externos; quando a livre negociação dos salários, o desemprego e a fome impuserem sua ordem e sua racionalidade ao liberalismo em crise, a primeira e primária reação será a de incremento do parceiro político do liberalismo econômico: o despotismo, a ditadura, o facismo. Mas sua ascensão será tão rápida e fugaz quanto foi a guerra das Malvinas, o apogeu do perigo do despotismo político, companheiro do liberalismo econômico.

Os liberais aprendem tão pouco com as crises (que eles afirmam inexistir) que o Sr. Roberto Campos, na etapa final de sua maratona no reino da fantasia, apenas repete as prescrições que o paciente Brasil ingeriu a partir de 1964. Ele quer um retorno às raízes, assim como seu colega Friedman deseja voltar à economia bissetorial, pré-keynesiana, do estado policial-liberal (gendarme), anterior à crise de 1929, e às transformações necessárias à retomada. Eles têm vergonha de confessar que são keynesianos de fim de linha: diante da perda de dinamismo da economia movida pelos gastos do governo, pelo "deficit spending", pela economia de guerra; diante da impossibilidade de continuar mantendo o nível de emprego e de demanda efetiva através da hipertrofia dos gastos do executivo; diante da falência do governo keynesiano, ao invés de confessarem que o governo está no centro da crise e não pode elevar o dispêndio, afirmam que o executivo não deve gastar, não é produtivo e bonito fazê-lo . . . "Cria-se", pontificam agora os liberais de fim de festa, "uma demanda especulativa que se superpõe à demanda de reposição e crescimento". Mas quem "criam-se", Sr. Senador do PDS? Aqueles que se beneficiam dela, principalmente os tecnocratas que se mantêm no poder através das obras fantásticas que aumentam o passivo, a dívida pública e a dívida externa, até a crise!

Aqueles que "criam-se" a demanda externa e com ela a entrada de capital estrangeiro produtivo que logo revela seus dois outros lados inseparáveis — o capital de comércio e o bancário, especula-

tivo — os mesmos que engendraram todos os estímulos e incentivos ao capital externo, desde o aumento da remessa de lucros até os investimentos com retorno garantido, esquecem-se temporariamente dos ensinamentos liberais e concorrenciais, doce amnésia; são aqueles “que criam-se” a dívida externa e a interna que querem lançá-la agora sobre as costas magras e descarnadas do assalariado para que “todos paguemos” a “nossa dívida”. O petróleo não deve ser nosso, mas a dívida do capital especulativo, do capital superprotegido, dos spreads e overheads deve ser “nossa” a fim de que os assalariados “paguemos”... Não há concordância, não há semântica, não há sinonímia que acompanhe o significado dos termos e a estrutura do pensamento; toda a vergonha se esgota no início da defesa do processo.

No domínio onírico em que se refugiam os que conflitam com a realidade, antes de se perderem para sempre nos descaminhos da esquizofrenia e da neurose, transita lépido e leve nosso trêfego senador. Ao abrir “a gaveta dos sonhos”, encontra os seus próprios e os de seus pares. Mas, “no mundo real do qual o neurótico foge, reina a sociedade humana com todas as instituições criadas pelo trabalho coletivo” — aplicando-se a cisão com o mundo aos ideólogos liberais, fugitivos da realidade. (Sigmund Freud, *Totem et Tabou*, Payot, Paris, p. 165).

O primeiro “sonho” que encontra na gaveta é o sonho andrajoso, pobre, de seu colega ex-Ministro Reis Veloso, o mais culto cultuador do PNB produzido pela austera revolução. Sem muita imaginação para sonhar, sua ilusão parece, contudo, com a do imaginoso Roberto Campos e demais colegas de barco e de ofício: a fantasia de que o Brasil seria “uma ilha de prosperidade”. Transformado em verdade pela máquina publicitária unificada em torno do poder despótico, o arsenal de fantasias fabricadas pelo “comando único” e pelo “estrategista geral” tem naquele sonho um de seus mais ingênuos produtos. Talvez por isso o Sr. Embaixador o tenha escolhido como vítima de suas críticas.

“O segundo sonho é o combate indolor à inflação”. A verdade solitária dos tecnocratas isoladas no comando é muito diferente da realidade real do povo aqui de baixo que sofre as conseqüências daquelas estranhas artes e quiromancias. Para que o povo não pudesse denunciar a realidade triste, dura e dolorosa de 18 anos de combate civil à inflação, de falso crescimento econômico, de abertura ao capital e ao endividamento estrangeiros, os meios de comunicação foram cooptados, os contestadores silenciados, o ensino foi americanizado, o Congresso foi castrado e as urnas lacradas.

O assalariado brasileiro, ao contrário dos sonhadores, ideólogos e esquizofrênicos, não tem amnésia, não tem motivo para esquecer e está sempre sendo lembrado de que o eterno e frustrado combate à inflação lhe custou a desarticulação sindical, o arrocho salarial, a manipulação dos índices de reajuste salarial, a repercussão da carga tributária sobre os bens de consumo para assalariados, a exclusão da participação do assalariado nos frutos do crescimento econômico, a correção monetária diferenciada e a responsabilidade pelo pagamento da “nossa” dívida externa...

Os sonhos encontrados na gaveta não precisam ser interpretados: seu conteúdo aparente se identifica ao lactente e ambos trazem a marca do inconsciente que os produziu.

A QUESTÃO SALARIAL

Ao fechar “a gaveta dos sonhos” e abrir a “questão salarial”, o filósofo do liberalismo de 1964 parece que se trancou, como um personagem kafkaniano, no bojo de seus próprios sonhos, transformando-se numa criatura de sua imaginação. O superego, adormecido por tantos anos, aplica-lhe uma boa dose de censura, obrigando-o a reconhecer parte do pesadelo social, econômico e político imposto à sociedade. “Para um país que já atingiu nosso nível de renda, a persistência de bolsões de pobreza absoluta não é apenas uma tristeza. É também uma indignidade”, enfatiza, enfático, nosso agora digno pedessista. Perdoe-me o membro da Câmara Alta, mas seria digno falar-se em bolsões de riqueza absoluta, pois a pobreza envolve mais de 80% da população ativa...

Será que o provector Senador, ao reconhecer a indignidade da obra, está esperando comemorar, como seu mestre Eugênio Gudín, os 97 anos de idade para proclamar que “são burros e loucos” e que “se voltasse a ser ministro entregaria as mãos à palmatória e confessaria a falência do País”, administrado de acordo com os princípios e dogmas de sua escola, feito à imagem e semelhança das vontades encasteladas no poder?

A indignidade humana objetivada nos desníveis de renda, de saúde, de riqueza, de tempo de lazer, de esperança de vida, etc., só pode ser resgatada por aqueles que adquiriram a consciência histórica de que nosso processo social, sua estrutura, suas características, são parte de uma realidade mundial deformada pelas relações seculares de dominação, de exclusão, de exploração, imanentes à expansão do capitalismo. O resgate da dignidade e da consciência real

passa necessariamente pelo reconhecimento de que os assalariados dos países subdesenvolvidos são parte de um mundo em que a renda, a riqueza, o produto, a vida, a saúde, a cultura, se encontram distribuídos por uma estrutura que foi se constituindo historicamente e que objetiva as necessidades de reprodução do capitalismo mundial.

De acordo com o insuspeito Simon Kuznets (*Croissance et Structure Economique*, Colmain-Levy, p. 29) à Europa e às regiões desenvolvidas de emigração européia correspondia 33,4% da população mundial e 76,2% da renda mundial em 1938; em 1965 a situação era mais favorável aos países desenvolvidos: 27,6% da população mundial vivia neles, apropriando-se de 79,2% da renda mundial.

A Ásia, a África e a América Latina abrigavam 66,5% da população mundial e apenas detinham 23,8% da renda mundial de 1938; em 1965, a população das áreas subdesenvolvidas crescera para 72,4% do total mundial e a sua renda caíra para 20,8% do total do globo. O índice global de desigualdade calculado por Kuznets se elevava entre 1938 e 1965 de 85,4 para 103,2.

Ainda que os 40% da força de trabalho brasileira, que absorvem apenas 10% da renda, invertessem a tendência concentradora e conseguissem um miraculoso incremento de 300% de seus salários, continuariam dentro da faixa de pobreza dos Estados Unidos, com direito a subsídios ou complemento de salário...

Mas a solução alvitrada não é a redistribuição da renda em escala mundial ou em âmbito nacional: propõe o desfecho demográfico, o "impopular" genocídio diante do qual são tímidas as maquinações do Sr. Delfim...

"Há algozes vestidos de sacristães" — acusa o ex-seminarista, já à paisana, com o cutelo na mão que conserva ainda o calor do turíbulo. Esqueceu-se o ilustrado ex-seminarista de que tais propostas seriam "olhadas com horror, como destituídas de boa fé, se é que na Europa não chegam a ser tratadas de bárbaras", conforme as palavras unguidas de respeito colonial e servil, citadas pelo erudito politocrata? Ele pretende liquidar a semestralidade do salário, além do 13º, deixando que a inflação de 130% ao ano e a desindexação do salário executem as "leis naturais", imponham o "automatismo" e ajudem-no a resgatar sua rota dignidade, hannemannianamente: se a doença é indignidade, indignidade é o remédio. Não recorre às lições dos Estados Unidos, onde o reajuste de salário é semestral e a taxa de inflação de 5% ao ano; na França, a escala móvel funciona em benefício do reajuste cada vez que o índice de preços se eleva em 2%, etc.

O discurso inaugural do Senador Roberto Campos atenta contra o decoro parlamentar: não em seu sentido superficial, exterior e banal, mas em sua essência interna e real, em sua razão de existir como Casa do povo. O atentado contra o decoro parlamentar se configura quando se percebe que o objetivo real de sua fala é o de lançar o descrédito, o repúdio popular, o descontentamento do povo contra a Câmara Alta, desviando-os do Poder Executivo e de seus detentores. Transformando o Legislativo num centro de coação, de expurgo, de iniquidade e de ilegitimidade através dos projetos “impopulares”, que são realmente sinistros, o Legislativo seria levado à desmoralização e ao descrédito que preparam e justificam a sua liquidação.

Liquidado o Senado, S. Ex^ª passaria com armas e bagagens para o Executivo, como ministro de qualquer coisa, para continuar usufruindo os doces frutos de sua demonologia: dr. Fausto, com sua álgida alma e seu olhar envelhecido, cobra de Mefistófeles os prazeres da carne e os amores das margaridas...